

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO
DE LEI Nº 8035/2010**

“Aprova o Plano Nacional de Educação para o
decênio 2011-2020 e dá outras providências”

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº

(Do Sr. RUBENS BUENO – PPS/PR)

Dê-se as seguintes redações à Meta 1 e a Estratégia 1.1 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/2010:

“Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar a oferta educacional de forma a atender em creches no mínimo 50% da população de até 3 anos, e, até o último ano de vigência desta Lei, universalizar o atendimento da demanda manifesta por creche.

Estratégias:

1.1) Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais, com vistas a atender, inclusive, até 2020, a demanda manifesta por creche na rede pública”. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Nos dias atuais, há um reconhecimento, do ponto de vista do direito da Educação, de que a creche é uma etapa tão importante para o desenvolvimento infantil quanto às demais etapas da Educação Básica. Dados do Censo Escolar de 2009 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tabulados pelo movimento “Todos Pela Educação”, apontam que, atualmente, apenas 16,91% das crianças de 0 a 3 anos freqüentam regularmente as creches no Brasil, sendo que a região Norte é que apresenta o menor percentual de atendimento, apenas 6,47%. No País, o menor percentual de matrículas está no Amapá, que tem 3,87% das crianças nas creches. Santa Catarina fica com a maior porcentagem entre os estados brasileiros, com 34,17% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas.

Apesar da evolução do número de matrículas em creches nos últimos anos, estimativa divulgada no Relatório “Um Brasil para as crianças e os adolescentes”, feito pela Fundação Abrinq e pela ONG *Save the Children*, demonstram que seriam necessárias a construção de 12 mil novas unidades para que todas as crianças de 0 a 3 anos sejam atendidas em creches. Do exposto, sabemos que colocar a criança em creches é uma decisão da família, mas, se os pais desejarem colocar seus filhos em creches, o governo precisa garantir a vaga. Nesse sentido, apresento essa emenda no intuito de estabelecer uma política pública com enfoque na universalização dessa etapa de ensino.

Sala das Sessões, em de junho de 2011.

Rubens Bueno

Deputado Federal - PPS/PR